

Vogais efectivos:

Nuno Miguel Vicente Pina Gonçalves, equiparado a professor-adjunto da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal do IPS.
Aníbal Paulo Lopes da Ponte, equiparado a assistente da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal do IPS.

Vogais suplentes:

Maria de Lurdes dos Santos Martins, professora-adjunta da Escola Superior de Saúde do IPS.
Helena Sofia Veríssimo Martins da Silva, assistente da Escola Superior de Saúde do IPS.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

17 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreveu, a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

18 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

25 de Julho de 2006. — O Presidente, *Armando Pires*.

ANEXO

Legislação aconselhada para a realização das provas de conhecimentos

I — Prova de conhecimentos gerais

Regime de férias faltas e licenças — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, pelo artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio.

Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 393/90, de 11 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 204/91, de 7 de Junho, e pelo Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro, e Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro.

Deontologia do serviço público — Carta Ética.

Estatutos do Instituto Politécnico de Setúbal — Despacho Normativo n.º 6/95, de 22 de Dezembro de 1994, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 29, de 3 de Fevereiro de 1995.

Estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico — Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro.

Princípios gerais da acção a que devem obedecer os serviços e organismos da Administração Pública, na sua actuação face ao cidadão (modernização administrativa) — Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março.

Sistema de qualidade em Serviços Públicos (SQSP) — Decreto-Lei n.º 166-A/99, de 13 de Maio.

Regime de instalação na Administração Pública — Decreto-Lei n.º 215/97, de 18 de Agosto.

Regime aplicável aos estabelecimentos de ensino superior politécnico em regime de instalação — Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro.

II — Prova de conhecimentos específicos

Esta prova abordará as seguintes temáticas:

Instalação e configuração de *hardware/software*;
Gestão de informação e conhecimento das organizações;
Telecomunicações e redes de comunicações de dados;
Administração de sistemas operativos e redes de comunicações de dados;
Sistemas de gestão de bases de dados;
Ambiente *web*;
Análise de sistemas e engenharia de *software*.

Legislação recomendada

Lei da Criminalidade Informática — Lei n.º 109/91, de 17 de Agosto.
Lei da Protecção de Dados Pessoais, Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.
Lei das Comunicações Electrónicas — Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro.

Bibliografia recomendada

COMER, D. E. (1998), *Interligação em Rede com TPC/IP*, vol. 1, *Princípios, Protocolos e Arquitectura*, Editora Campus.
DATE, C. J. (2001), *Database Relational Model: A Retrospective Review and Analysis*, Addison Wesley Longman, Inc.
ELMASRI, R., e NAVATHE, S. B. (2000), *Fundamentals of Database Systems*, 3.ª ed., Addison Wesley Longman, Inc.
FERREIRA, J. (1995), *Segurança dos Sistemas e Tecnologias da Informação*, Instituto de Informática.
HENNESY, J., e PATTERSON, D. (2003), *Computer Architecture: A Quantitative Approach*, 3.ª ed., Morgan Kaufmann.
MAINWALD, E., e SIEGEIN, W. (2002), *Security Planning & Disaster Recovery — Protect your Organization Resources*, McGraw-Hill Osborne.
MARTIN, E. W., BROWN, C. V., et al., (2002), *Managing Information Technology*, 4.ª ed., Prentice Hall PTR.
MONTEIRO, E., e BOAVIDA, F. (2000), *Engenharia de Redes Informáticas*, 4.ª ed., FCA — Editora de Informática.
MUELLER, S. (2000), *Upgrading and Repairing PCs*, 12.ª ed., QUE Corporation.
PEREIRA, F. (2000), *Linux: Curso Completo*, 4.ª ed., FCA — Editora de Informática.
SANTOS, S., e ROSA, A. (2001), *Windows 2000 Server: Curso Completo*, 2.ª ed., FCA — Editora de Informática.
SILVA, A., e VIDEIRA C. (2001), *UML, Metodologias e Ferramentas CASE*, Centro Atlântico.



IESF — INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DE FAFE, L.ª

Rectificação n.º 1268/2006

O regulamento n.º 105/2006 (2.ª série), de 16 de Junho, saiu com inexactidões.

Assim, onde se lê «12 de Abril de 2006. — O Presidente do Conselho Científico da Escola Superior de Educação de Fafe, *Hugo Manuel Miranda Rodrigues Coimbra*.» deve ler-se «12 de Abril de 2006. — O Presidente do Conselho Científico da Escola Superior de Educação de Fafe, *Eurico Nelson Coimbra Veloso da Veiga*.»

28 de Junho de 2006. — A Directora da Escola Superior de Educação de Fafe, *Natália da Costa Leite Fonseca*.

ISAG — INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Despacho n.º 16 164/2006

Considerando o disposto na Portaria n.º 978/99, de 30 de Outubro, que aprovou o plano de estudos do curso bietápico de licenciatura em Gestão de Empresas, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 681/2004, de 19 de Junho;

Considerando que o registo das alterações ao plano de estudos foi efectuado pela Direcção-Geral do Ensino Superior ao abrigo dos artigos 77.º a 80.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março;

Ao abrigo do artigo 76.º do referido decreto-lei, o conselho científico do Instituto Superior de Administração e Gestão, cuja criação foi autorizada, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 100-B/85, de